

Proteção Apólices contra erros médicos e vazamento de informações sigilosas são nichos promissores são

Seguradoras começam a atrair o setor

Denise Bueno
Para o Valor, de São Paulo

Seguro é um item que começa a ganhar espaço nos orçamentos das empresas que atuam em saúde. Entre os principais riscos de hospitais, clínicas e laboratórios as seguradoras mencionam o vazamento de informações sigilosas bem como danos causados a terceiros. “Não há estatísticas oficiais, mas sabe-se que é um mercado ainda incipiente no Brasil, ao contrário dos EUA, onde a indústria de saúde tem uma parcela significativa das vendas de seguros”, afirma Mauro Leite, especialista em seguros financeiros da consultoria e corretora de seguros Marsh.

Proteção para prejuízos causados por invasão de hackers é uma das apostas da AIG para essas empresas. O setor de saúde é o terceiro com maiores riscos para as seguradoras, em termos de acionamentos jurídicos por perdas e danos, bem como recomposição de bancos de dados danificados. “Toda empresa tem de ter uma boa prevenção em tecnologia para não sofrer ataques. Mas se isso ocorrer, o seguro é um dos mecanismos que podem ajudar a reconstruir o que foi perdido”, diz Leite.

Um caso que exemplifica o risco envolvido aconteceu quando a então candidata a presidente da República Dilma Rousseff enfrentou muitos transtornos quando a revista “Época” divulgou que ela tinha câncer em fase avançada. O vazamento da informação poderia ter rendido milhões de reais em indenização, caso Dilma decidisse responsabilizar o hospital.

A oferta do produto no mercado brasileiro pela AIG pode estimular a concorrência. “Estamos treinando corretores e fazendo palestras para divulgar o seguro no segmento de saúde”, conta Flávio Sá, coordenador de produtos financeiros da AIG Brasil, que lançou a apólice há um ano.

O produto CyberEdge, da AIG, cobre os danos resultantes da violação de dados, além de prover apoio e assistência para ajudar as empresas a enfrentar o problema. Para se proteger de pagamento de indenizações a terceiros prejudicados por vazamento de informações, o custo chega a ser entre 1% a 3% do valor da importância segurada contratada. “Tudo vai depender do tipo de empresa que contrata o seguro”, explica Sá. Segundo a Symantec, em 2011, o número de ataques de hackers na América Latina aumentou 81%, o que representa 5,5 milhões de ataques.

Outro produto que pode despertar interesse das empresas é o seguro para testes clínicos. Atualmente, para ter a liberação da venda de um medicamento é preciso obedecer a uma série de normas internacionais e locais. Os testes são uma delas. O seguro, já uma exigência no exterior, deve passar a ser também no Brasil, acreditam especialistas. Falta apenas aprovar a resolução 466, publicada pelo Conselho Nacional de Saúde em dezembro de 2012. A regulamentação torna mais clara a responsabilidade dos centros de pesquisas diante dos testes clínicos.

A legislação brasileira não obriga, mas exige um termo de comprometimento indicando o voluntário para os testes será indenizado em caso de danos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) só aprova a pesquisa se houver essa declaração. “E o seguro é a melhor garantia que se pode oferecer”, acredita Gutemberg Viana, gerente de responsabilidade civil geral da Chubb.

De olho no potencial de vendas, começa a aumentar o número de seguradoras interessadas em atuar nesse segmento. “Assim como aconteceu com o seguro de responsabilidade civil de executivos, conhecido como Directors & Officers (D&O), que passou a ser demandado a partir do momento em que os órgãos reguladores passaram a punir os administradores, o seguro de testes clínicos bem como o de erros e omissões para médicos viverá um novo momento de oferta e demanda”, acredita Eduardo Pitombeira, diretor responsável por riscos fi-

nanceiros da Argô Seguradora.

Boa parte dos testes clínicos realizados no Brasil tem seguro contratado pela matriz das empresas que realizam os testes. Mas a tendência é de que a apólice passe a ser comprada no país, uma vez que o número de testes vem crescendo. O produto basicamente protege os laboratórios, centros de pesquisa, hospitais, fabricantes de medicamentos, de próteses, cosméticos e alimentos contra possíveis perdas finance-

ras causadas por custos de defesa e indenizações judiciais requeridas pelos pacientes dos testes clínicos ou seus familiares. A AIG, Argos, Chubb e Allianz estão entre as seguradoras que ofertam o produto dentro da carteira de responsabilidade civil, modalidade que se compromete em pagar indenizações de responsabilidade do segurado em caso de imprevistos ocorridos durante ou após a realização do teste.

A Chubb iniciou a venda do

Clinical Test há cerca de cinco anos. “Importamos o conceito da matriz, líder de vendas desse produto nos Estados Unidos há mais de 20 anos”, conta Viana. Segundo ele, a demanda pelo produto no Brasil cresce em função de o país se tornar cada dia mais um centro respeitado de pesquisas pelos grupos internacionais. “Fiocruz e do Instituto Butantan ajudaram a elevar o conceito dos cientistas brasileiros, atraindo investidores para o

centro de pesquisa brasileiro”, conta o especialista da Chubb.

A cidade de São Paulo está na nona colocação do ranking das “top 10” do mundo em protocolos de testes. Além dela, Berlim e Moscou e algumas cidades dos EUA compõem o centro de pesquisa mundial.

O Brasil tem 650 centros de pesquisa autorizados a aplicação de estudos. A Chubb tem 16 apólices de Clinical Trial emitidas.

A apólice de seguro é emitida

por estudo aplicado ou global mediante averbação por estudo em andamento. Pode ser emitida pelo período total do estudo, na maioria das vezes plurianual.

O seguro de RC Clinical Trial ampara a responsabilidade civil pelos danos corporais causados aos voluntários em decorrência da aplicação do estudo experimental. O segurado pode ser tanto a indústria farmacêutica, como o patrocinador do estudo ou o Centro de Pesquisa.